



**Processo n.º:** 8.265/10

**Origem:** Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF

**Assunto:** Aposentadoria

**Ementa:** Concessão de aposentadoria voluntária a Olavo Gonçalves Diniz, matrícula nº 131.194- 8, na Carreira Médica – Médico – Ginecologia e Obstetrícia, Classe Especial, Padrão II, nos termos do artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da EC nº 47/2005, combinado com o artigo 44, da Lei Complementar nº 769/2008 e com o artigo 41, §7º, da LODF, com as vantagens do art. 62, §2º, da Lei nº 8.112/1990, regulamentado pela Lei nº 8.911/1994, combinado com os artigos 1º e 7º da Lei nº 1.004/1996, artigo 4º da Lei nº 1.141/1996 e parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 1.864/1998, de acordo com o ato publicado no DODF de 18/09/2009 e retificado por ato publicado no DODF de 12/06/2013. Cumprimento de diligência. Sefipe sugere legalidade da concessão. Determinação ao órgão de origem. Aquiescência do Ministério Público. Relator acolhe, em parte, a sugestão da unidade técnica. Pedido de vista. Considerações acerca da acumulação de cargos do interessado. Voto convergente com o relator, com adendo.

### VOTO DE VISTA

Consistem os autos na aposentadoria de Olavo Gonçalves Diniz, conforme os termos descritos na ementa.

Em sua análise sobre a matéria, o relator, Conselheiro Manoel de Andrade, proferiu voto nos seguintes termos, em excertos:

*“Mediante a Decisão nº 1.739/14 (fls. 193/194), o Tribunal determinou à Secretaria de Saúde, no essencial, que confirmasse a ocorrência de tríplice acumulação de cargos por parte do servidor, caso em que deveria juntar a documentação pertinente com manifestação acerca da sua regularidade, sobretudo no tocante aos últimos três anos anteriores à aposentação, informando acerca de eventual averbação de tempo de serviço em duplicidade, sem olvidar, ainda, de notificar o interessado para, querendo, apresentar razões de defesa acerca do tempo de serviço não certificado (814 dias), ante a possibilidade de sua exclusão e consequente redução do percentual de ATS.*

*Pois bem. Os documentos juntados aos autos comprovam que houve tríplice acumulação de cargos, ou, mais especificamente, de proventos com remuneração. No caso, o servidor manteve vínculo com a Secretaria de Saúde no período de 09.08.91 a 18.09.09; com o Hospital das Forças Armadas, no período de 03.05.82 a 23.04.10; e com o Ministério do Trabalho e Emprego, só que neste caso foi informada apenas a data da aposentadoria (01.07.91).*

*Não obstante essa tríplice acumulação, em 02.06.14 o interessado renunciou à aposentadoria recebida do HFA (fls. 135 e 190, ambas do apenso). Elidida a tríplice acumulação após a renúncia a um dos cargos, o presente exame deve se ocupar apenas da acumulação*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

dos cargos exercidos no MTE e na SES.

A diligência em causa ressaltou que a análise da acumulação deveria compreender, sobretudo, os últimos três anos anteriores à aposentação na Secretaria de Saúde, determinação essa que, aliás, está em consonância com o procedimento que vem sendo adotado em casos tais.

No período de maio de 1999 a fevereiro de 2009, o servidor foi cedido pelo Hospital das Forças Armadas à Secretaria de Saúde. Como não é possível, nesse caso, analisar a compatibilidade horária dos três anos anteriores à inativação na SES, ocorrida em 18.09.09, a compatibilidade de horários deve ser verificada após o retorno ao órgão federal, em 10.02.09. Cotejando as folhas de ponto do período de 10.02.09 a 18.09.09, conclui-se que houve compatibilidade horária para o exercício dos dois cargos (fls. 139/149-apenso e 179/186-apenso).

Destaco que os documentos de fls. 196/199 e 136 – apenso comprovam que não houve averbação de tempo concomitante em relação aos cargos de médico do MTE e da SES.

Após compulsar os autos, não me convenci de que a SES tenha cumprido satisfatoriamente o item II.b da Decisão nº 1.739/14. O telegrama de fl. 130 – apenso não está acompanhado de comprovação da sua entrega ao destinatário. Por isso, discordo da conclusão da Unidade Técnica de que esse documento, juntamente com o de fl. 135 – apenso, permite inferir que o servidor tomou ciência do decisum. O fato de o interessado ter apresentado documento, em data posterior à expedição do telegrama, no qual comunica à direção do HFA sua renúncia ao cargo de médico vinculado àquele hospital, não pode, por si só, levar à conclusão de que teria tomado conhecimento da deliberação, visto que na diligência buscou-se objeto diverso, a saber, a ratificação do tempo de serviço prestado no âmbito do Estado da Paraíba.

Nessa toada, penso que, visando evitar prejuízo ao interessado, a jurisdicionada deve verificar se o mesmo foi devidamente cientificado. Em caso positivo, proceder à redução do percentual de ATS, de 33% para 31%. Em caso negativo, adotar as providências necessárias à cientificação e comprovação de sua ocorrência, para só então, em não havendo manifestação, proceder aos ajustes demandados.

No mais, além das impropriedades noticiadas pela instrução, as quais poderão ser objeto de verificação em futura auditoria, vez que não interferem no mérito da concessão, constatei que não foram descontados os dias de licença para atividade política sem remuneração, relativos ao período de 01.07.06 a 04.07.06, informados à fl. 51 – apenso. A meu ver, essa impropriedade também deve figurar no rol de determinação para verificação posterior.

Diante do exposto, acompanhando, em parte, os pareceres lançados nos autos, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tenha por parcialmente cumprida a Decisão nº 1.739/14;

II – considere legal, para fim de registro, a concessão em exame;

III – determine à Secretaria de Estado de Saúde do DF que, no prazo



*de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, as quais serão objeto de verificação em futura auditoria:*

*a) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Contribuição, em substituição ao de fl. 99 – apenso, para:*

*1) recalcular o tempo convertido, haja vista que a averbação do tempo de serviço prestado à ex-FHDF teve por marco temporal inicial a data de 28.07.80 (fl. 79 – apenso), enquanto que a certidão de fl. 12 – apenso indica, indevidamente, a data de 17.09.79;*

*2) excluir o tempo averbado de 814 dias de serviços prestados à Universidade Federal da Paraíba e à Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, não confirmado pelos emitentes das certidões de fls. 120 e 126 – apenso;*

*3) descontar, do total de dias líquidos apurados, os dias de licença para atividade política sem remuneração, relativos ao período de 01.07.06 a 04.07.06, informados à fl. 51 – apenso;*

*4) tornar sem efeito os documentos substituídos;*

*IV – determine à Secretaria de Estado de Saúde do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, visando evitar prejuízo ao servidor, no tocante ao item II.b da Decisão nº 1.739/14, verifique se o interessado foi devidamente cientificado para apresentar razões de defesa, observando que:*

*1) em caso positivo, proceder à redução do percentual de ATS, de 33% para 31%, atentando para os reflexos no novo Demonstrativo de Tempo de Contribuição a ser elaborado em substituição ao demonstrativo de fl. 99 – apenso, conforme o item III anterior, bem como no abono provisório;*

*2) em caso negativo, adotar as providências necessárias à cientificação do mesmo e comprovação de sua ocorrência, para só então, em não havendo manifestação no prazo assinalado no item II.b da Decisão nº 1.739/14, proceder aos ajustes demandados, observando, neste último caso, os reflexos reportados no item 1 anterior;*

*V – autorize a devolução dos autos à SEFIPE, para os devidos fins”*

Pedi vista do presente feito, nos termos vazados na Decisão n.º 1105/2015 (fl. 213), para melhor me inteirar da matéria nele tratada, notadamente a respeito da acumulação de cargos do servidor.

Conforme aventado pelo relator, houve a comprovação de tripla acumulação por parte do interessado, em função de perceber proventos oriundos do Ministério do Trabalho com remuneração de outros dois cargos: um no Hospital das Forças Armadas, outro na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Chama a atenção o fato de que a tríplice acumulação, como a comprovada nos autos, consiste em grave lesão ao texto constitucional, mormente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98, que deu contornos definitivos a essa matéria.

Note-se que o assunto já foi discutido por diversas vezes no Supremo Tribunal Federal, tendo aquela Corte sempre decidido pela inviabilidade constitucional desse tipo de acumulação. Vejam-se, a título de exemplo, os



seguintes julgados:

DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE VENCIMENTOS DE PROFESSOR COM PROVENTOS DE DUAS APOSENTADORIAS. CUMULAÇÃO TRÍPLICE. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICÁVEL O ART. 11 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 12.5.2008. O acórdão recorrido decidiu em consonância com o entendimento deste Supremo Tribunal Federal no sentido da impossibilidade de se acumular dois proventos de aposentadorias com vencimentos de um novo cargo público, ainda que o provimento neste tenha ocorrido antes da vigência da EC nº 20/98. Precedentes. Agravo regimental conhecido e não provido.<sup>1</sup>

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR INATIVO. REINGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/1998. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE DOIS PROVENTOS COM VENCIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.<sup>2</sup>

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – SERVIDOR PÚBLICO – ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS COM VENCIMENTOS – ART. 11 DA EC Nº 20/98 – INAPLICABILIDADE – REINGRESSO, NO SERVIÇO PÚBLICO, EM MOMENTO ANTERIOR À DATA DE PUBLICAÇÃO DA REFERIDA EMENDA CONSTITUCIONAL – TRÍPLICE ACUMULAÇÃO REMUNERADA – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO DE AGRAVO PROVIDO.<sup>3</sup>

Há que se considerar que, afastada a má-fé, de que não se cuida no momento, o servidor deve fazer opção por receber proventos/remuneração em apenas dois cargos, afastando-se de um definitivamente. Assim, em consonância com o entendimento mantido pelo relator, entende-se que a renúncia do servidor à aposentadoria junto ao Hospital das Forças Armadas, realizada em 02/06/14, representa tal opção, ficando regularizada a acumulação permitida constitucionalmente aos médicos.

No entanto, aqui o acréscimo que se pretende, não parece possível ao Tribunal ficar indiferente ao fato de que o servidor recebeu proventos cumulados com remuneração por longo tempo de forma flagrantemente inconstitucional.

Por outro lado, porquanto a opção, efetivada pela renúncia, deu-se em

<sup>1</sup> STF - RE 753204 AgR / PR – PARANÁ. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. ROSA WEBER. Julgamento: 25/06/2014.

<sup>2</sup> STF - RE 487495 AgR / PR – PARANÁ. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 20/05/2014.

<sup>3</sup> STF - RE 467573 AgR-segundo / PR – PARANÁ. SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. CELSO DE MELLO. Julgamento: 05/03/2013



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 223

Proc. 8265/10

\_\_\_\_\_  
Rubrica

âmbito federal (HFA), acredita-se que se deva comunicar ao Tribunal de Contas da União, para adoção das providências que achar pertinentes, acerca da irregularidade que se perpetuou por mais de década.

Convém salientar que tal procedimento – comunicação ao órgão de controle responsável – foi sugerido nos autos do Processo nº 1.593/02, acolhido pelo ilustre relator e referendado pelo egrégio Plenário.

Com base nessas ponderações, portanto, acolho na íntegra o VOTO do ilustre relator, com o adendo de que seja o TCU comunicado a respeito da acumulação indevida de cargos havida pelo servidor, bem como a renúncia à aposentadoria junto ao Hospital das Forças Armadas.

Brasília (DF), 08 de abril de 2015.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro